JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XX — Nº 4.044 — Brasília, quinta-feira, 13 de março de 2014

Senado aprova procedimento mais ágil para destruir drogas

Objetivo é evitar o armazenamento, em delegacias e depósitos policiais, de grande quantidade de drogas apreendidas, possível alvo de ataques e desvios

Segue para sanção presidencial projeto determinando que a incineração de drogas apreendidas pela polícia deverá ocorrer em até 30 dias. Será guardada apenas uma amostra para servir como prova. Hoje, a lei estabelece a destruição só após o encerramento do processo judicial. Autor da proposta, o deputado Lincoln Portela quer evitar a recuperação dos entorpecentes por traficantes ou a negociação por policiais corruptos. 3

Pedro Franço/Agência Senado

Entre Ricardo Ferraço *(E)* e Flexa Ribeiro *(D)*, Renan Calheiros preside sessão que aprovou projeto sobre incineração de droga apreendida

José Cruz/Agência Senado

Fernando Collor *(3º à esq.)* preside audiência na Comissão de Infraestrutura com dirigentes do setor elétrico nacional

Especialistas descartam apagão elétrico

Dirigentes do setor elétrico participaram de audiência ontem na Comissão de Infraestrutura. Aos senadores, eles disseram que, apesar de estar vivendo a pior situação hidrológica em 80 anos, o Brasil tem sistema muito sólido hoje. 8

Aéreas terão até 30 dias para reembolsar bilhete não usado 6

Ministro diz que transposição do São Francisco termina em 2015 8

Subcomissão pede regras para free shops em cidades gêmeas 7

Ministra quer mudar Convenção de Haia para guarda de filho com deficiência 4

Estudantes ganham prêmios por documentários sobre Lei Maria da Penha 2

Marcello Casal Jr./ABr

Hospitais poderão ter que fazer o teste da linguinha

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que obriga hospitais e maternidades a oferecerem aos recém-nascidos teste para diagnosticar anomalia no frênulo lingual, a chamada língua presa. A proposta segue agora para o Plenário e, se aprovada sem mudanças, vai a sanção presidencial. 5

Enfermeira faz exames em bebê nascido em São Sebastião (DF): na rede pública, já são obrigatórios os testes do pezinho e da orelhinha

TV Senado agora em São Luís

Canal 51.1

Política e cidadania em tempo real.
É o Senado Federal mais perto do maranhense.

Aqui o cidadão sabe o que acontece

SENADO FEDERAL

Secom | Comark - Criação e Marketing | Senado Federal

Concurso seleciona documentários de até cinco minutos sobre violência de gênero. Estudantes vencedores ganharam tablets e trabalhos serão exibidos nos veículos de comunicação do Senado e da Câmara

Câmara dos Deputados

Com professoras, alunos das cinco regiões do Brasil e vencedora da categoria Júri Popular exibem prêmios conquistados

Congresso premia curtas sobre a Lei Maria da Penha

SEIS ESTUDANTES E seus professores foram premiados ontem no 2º Concurso de Curtas sobre a Lei Maria da Penha, em evento promovido pelas Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara e pela Bancada Feminina do Congresso, com apoio do Banco Mundial. São cinco alunos do ensino médio, de 14 a 18 anos, representando cada região do Brasil, e uma aluna na categoria Júri Popular.

A Lei Maria da Penha, em vigor há sete anos, criou mecanismos para coibir a violência doméstica. Os vencedores do concurso, que ganharam tablets e certificados, fizeram documentários de até cinco minutos que serão exibidos nos veículos de comunicação da Câmara, do Senado, do Ministério da Educação e nas redes dos parceiros, como o Banco Mundial, além do site www.curtamariadapenha.com.br.

Marcelo de Figueiredo Junior, representante da Bahia com *Mulheres, reajam!*, explicou que foram várias semanas de discussão na escola até começarem a filmagem.

— Convidamos a professora para nos orientar e gravamos tudo num dia. Não tivemos tempo para melhorar a edição tão bem quanto a gente queria, mas graças a Deus deu resultado — comemorou.

A professora Marcele Almeida disse que os alunos conseguiram fazer uma interpretação sobre o machismo, responsável pela maioria dos casos de violência contra a mulher.

— Eles trouxeram de uma forma serena, firme e poética o que acontece de fato com a mulher no Brasil.

Debate

Mãe de Yan Carlos de Sousa, vencedor pelo Distrito Federal com o vídeo *Poderia ser você*, a professora Simone Ferreira Louro torce para que a lei já não seja necessária em breve. Ela disse que houve muito debate em sala de aula, com a participação de todos.

A iniciativa de levar a discussão sobre a violência de gênero para as escolas foi apontada pela procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), como uma ação estratégica e um avanço contra o preconceito e a intolerância.

— É uma forma prática que a gente tem de construir a nova sociedade. Afinal de contas, são jovens que estão utilizando essas ferramentas de que a tecnologia dispõe. Eles já se autoconscientizam e conscientizam quem vive ao redor deles — argumentou.

O Banco Mundial tem apoiado a Procuradoria da Mulher por meio de uma doação de US$ 305 mil que permite o aumento da capacidade técnica e o desenvolvimento de uma base de dados para monitorar legislações sobre gênero e difundir processos de promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Confira a lista de ganhadores em http://bit.ly/vencedoresCDLMP

Ana Rita destaca papel feminino no desenvolvimento do país

As conquistas das mulheres brasileiras nos últimos anos foram apontadas por Ana Rita (PT-ES), como o aumento da escolarização, da presença feminina no mercado de trabalho e na política, em todos os espaços de poder. A senadora citou projetos aprovados no Congresso que garantem maior proteção às vítimas de violência doméstica e combatem a discriminação. Para Ana Rita, a priorização da mulher nas políticas públicas demonstra a importância do papel feminino para o desenvolvimento do país.

— São elas que recebem, por exemplo, mais de 92% dos repasses do Bolsa Família. Cerca de 40% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, garantindo a titularidade do imóvel no Programa Minha Casa, Minha Vida. Essas iniciativas favorecem o exercício da cidadania e incentivam o protagonismo das mulheres.

Vanessa cobra mais participação das mulheres na política

Pedro França/Agência Senado

Conquistas crescentes da mulher na legislação brasileira e a igualdade garantida pela Constituição foram destacadas por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora lembrou a passagem do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, e cobrou uma participação maior das mulheres na política.

Vanessa destacou que a lei determina uma cota de 30% de candidatas mulheres, mas lamentou que os homens continuem ocupando mais de 90% das cadeiras do Congresso. Para ela, é necessário aperfeiçoar a democracia para garantir a igualdade de representação, e essa deve ser uma luta de mulheres e homens.

— Jamais a nossa democracia estará completa se as mulheres continuarem sendo sub-representadas no Parlamento. Ocupar a 156ª posição numa relação de 193 países chega a ser vergonhoso — afirmou.

Senado aprova legislação sanitária consolidada

O Plenário do Senado aprovou ontem a redação final do projeto que consolida a legislação federal sanitária vegetal e animal (PLS 592/2011). O projeto, do senador licenciado Antonio Russo, consolida 13 normas e dispositivos, como leis, artigos de lei e decretos, alguns da década de 1930, com o objetivo de harmonizar a legislação do setor.

O projeto já havia sido aprovado em Plenário, mas voltou à Comissão de Agricultura (CRA) após mudanças na redação final sugeridas pela Comissão Diretora. Com a aprovação da redação final, o projeto segue para a Câmara.

— Quero louvar essa iniciativa do Senado Federal, que é importantíssima para que nós possamos, na sequência, fazer a consolidação de outras legislações tão importantes quanto esta legislação sanitária vegetal e animal — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Valadares alerta para risco da mosca-negra-dos-citros em Sergipe

Moreira Mariz/Agência Senado

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou anteontem os produtores de laranja de Sergipe sobre o risco que a mosca-negra-dos-citros representa para o setor. O senador disse que focos da praga já foram detectados em Salgado, a 50 quilômetros de Aracaju, e também em Boquim, Lagarto e Umbaúba. Ele informou que o Brasil é o maior produtor mundial de frutas cítricas, com mais de 1 milhão de hectares plantados. A maior parte destina-se à indústria de suco, em São Paulo.

— A ninguém interessa o aumento de custos da produção de cítricos. Aposto no esforço dos poderes públicos para que esse problema seja monitorado, em prol dos grandes e, principalmente, dos médios e pequenos produtores rurais — disse.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: *http://bit.ly/agendaSenado*

PLENÁRIO Legislação sanitária
14h Sessão deliberativa tem na pauta projeto que consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.

PRESIDÊNCIA Mobilidade urbana
10h30 Renan Calheiros participa do anúncio de investimentos do PAC 2 — Mobilidade Urbana; às 15h30, recebe o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; às 16h, preside a ordem do dia; às 17h, assina termo de cooperação técnica com a Câmara Legislativa do DF.

CRA Agrotóxico natural
8h30 A política nacional de apoio ao agrotóxico natural está na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CRE Crime organizado
10h Audiência pública discute as relações diplomáticas entre o Brasil e a França. A Comissão de Relações Exteriores ouve o embaixador daquele país, Denis Pietton. Em seguida, reunião para analisar, entre outros itens, projeto que aprova acordo de cooperação com a Polônia para luta contra o crime organizado.

DESENVOLVIMENTO Reforma urbana
14h A Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, que integra a Comissão de Serviços de Infraestrutura, debate os desafios da reforma urbana, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: *http://bit.ly/plenarioOnline*

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: *http://bit.ly/comissoesOnline*

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às **10h**, audiência pública da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet *(www.senado.leg.br/tv)* e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Entorpecentes em poder da polícia poderão ser incinerados em até 30 dias após a apreensão. Relator destacou necessidade de evitar estocagem de substâncias, que pode propiciar novos crimes

Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

Incineração mais rápida de drogas apreendidas evitará que grandes estoques atraiam o interesse de traficantes

Senado aprova agilidade para incineração de drogas

O SENADO APROVOU ontem um novo procedimento para destruição de drogas apreendidas pela polícia. A intenção é evitar o armazenamento de grandes quantidades em delegacias e depósitos policiais, que se tornariam alvo de ataque de criminosos e de desvios pela própria polícia. A proposta (PLC 115/2013) agora segue para sanção presidencial.

A medida altera a Lei 11.343/2006, que trata do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Atualmente, a norma estabelece a destruição das drogas apreendidas só após o encerramento do processo judicial. Pelo projeto aprovado, a incineração desses entorpecentes deverá ocorrer dentro de até 30 dias de sua apreensão. Será guardada apenas uma amostra da droga para servir como prova.

Segundo o autor do projeto, deputado Lincoln Portela (PR-MG), o fato de a droga ficar guardada pode fazer com que traficantes queiram recuperá-la ou que policiais corruptos tentem negociá-la.

O relator da matéria no Senado, Humberto Costa (PT-PE), citou em Plenário exemplos do roubo de até 400 quilos de drogas de depósitos da polícia.

— Há casos de ataques a esses depósitos, inclusive com perda de vidas entre aqueles profissionais que ali estavam para dar segurança ao conjunto de provas guardado.

Para o relator, a incineração das drogas no prazo de até 30 dias é uma alteração relevante. Humberto Costa disse considerar que o projeto, apesar de simples, é importante e pode proteger vidas de policiais.

Os senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Waldemir Moka (PMDB-MS) também manifestaram voto pela aprovação do projeto. Para Ferraço, chama a atenção o fato de um tema óbvio como esse ter levado tanto tempo até sua aprovação. O texto, apresentado em 2007 na Câmara, só chegou ao Senado em 2013.

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a aprovação do projeto é uma alternativa adequada, especialmente com a demora no andamento dos processos pela Justiça.

— Isso às vezes demanda meses ou anos e, nesse intervalo, a droga pode ser roubada, furtada por uma quadrilha, por um policial corrupto, por um funcionário — concluiu.

Indicações para tribunais vão a Plenário em regime de urgência

Foram aprovadas ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e seguem para Plenário as indicações dos nomes de Néfi Cordeiro, Douglas Alencar Rodrigues e José Barroso Filho para ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Superior Tribunal Militar (STM), respectivamente.

Os três magistrados foram sabatinados na CCJ e seus nomes serão agora analisados em regime de urgência pelo Plenário, conforme requerimento aprovado na comissão.

Entre diversos temas, os sabatinados responderam a questões sobre a necessidade de mudanças na legislação para incluir crimes praticados por multidões durante as manifestações de rua. Para José Barroso Filho, há a necessidade de melhor definir na lei o crime de terrorismo e evitar a criminalização de movimentos populares legítimos do regime democrático.

Preocupados com o número de crimes praticados por menores, Benedito de Lira (PP-AL) e os senadores pelo PSDB Aloysio Nunes Ferreira (SP), Alvaro Dias (PR) e Cássio Cunha Lima (PB) quiseram saber se Néfi Cordeiro apoiava a redução da maioridade penal.

Ele disse não considerar como solução antecipar o envio de jovens delinquentes às prisões. No entanto, considerou "juridicamente defensável" a PEC 33/2012, que prevê a redução da maioridade penal para 16 anos em casos de crimes hediondos.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) questionou Douglas Alencar sobre a constitucionalidade das contratações do Programa Mais Médicos, que não contaram com a anuência do Congresso e estariam permitindo regimes diferenciados.

Mesmo dizendo não ter "estudado a fundo" a questão, o indicado afirmou que a Constituição reserva ao Congresso a competência para dispor sobre negociações e tratados internacionais. No entanto, destacou também o direito constitucional dos cidadãos à saúde para justificar a ampliação dos serviços com a contratação de profissionais estrangeiros.

Geraldo Magela/Agência Senado

Vital do Rêgo *(D)* preside a sessão de sabatina do desembargador Néfi Cordeiro

Jarbas Vasconcelos acusa governo de sucatear PF

Pedro França /Agência Senado

O número de indiciamentos feitos pelo Departamento de Polícia Federal caiu 60% entre 2010 e 2013. Esse dado da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), segundo Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), comprova o sucateamento da instituição, que é responsável pela investigação dos crimes de corrupção, tráfico de drogas e desvio de dinheiro público. Jarbas acusou o governo de desaparelhar a entidade para inviabilizar investigações.

— Não interessa ao governo do PT esse tipo de polícia: uma polícia de Estado, não de governo, que incomoda, na sua cruzada contra crimes de colarinho branco, pessoas como aquelas que hoje estão encarceradas na Papuda, aqui em Brasília, e em outras unidades, comprovadamente culpadas de serem mentores e executores do que hoje conhecemos como mensalão do PT — afirmou.

Casildo Maldaner quer Justiça Eleitoral mais ágil

Pedro França /Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que a Justiça Eleitoral precisa resolver com rapidez pendências dos processos eleitorais. Ele sugeriu regime de plantão, com suspensão dos recessos, e a suplementação de equipes e de estrutura, se necessário. Tudo isso, segundo o senador, é fundamental para evitar gastos adicionais com novas eleições, insegurança jurídica e prejuízo administrativo à população.

Após informar que ainda existem cerca de 6.500 processos relativos às eleições municipais de 2012, Maldaner advertiu que é preciso evitar que o país chegue a uma eleição sem resolver as pendências anteriores.

— É preciso que nossa Justiça Eleitoral amplie sua atuação preventiva. Teremos milhares de postulantes que devem ser fiscalizados antes mesmo de terem suas candidaturas homologadas — afirmou.

Mário Couto critica STF por absolver réus do mensalão

Pedro França /Agência Senado

A decisão da maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal pela absolvição de oito condenados da Ação 470 (o processo do mensalão) pelo crime de formação de quadrilha deixou indignado o senador Mário Couto (PSDB-PA). Ele afirmou ontem que o STF, na verdade, desconsiderou todo o trabalho anterior feito pelo mesmo tribunal e deixou na população uma sensação de impunidade. Mário Couto disse temer, também, pela independência dos Poderes da República.

— A minha pátria não tem mais Poderes. Todos os Poderes estão na mão da presidenta. Manda lá [Executivo], manda aqui [Legislativo] e agora manda no Supremo Tribunal Federal, onde a Dilma agora tem seis votos e o povo tem cinco. A Dilma tem seis, e a nação brasileira tem cinco! País sem Supremo é país sem lei, e país sem lei não é mais nada — declarou o senador.

Alvaro Dias: é preciso valorizar policiais federais

Moreira Mariz/Agência Senado

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou apoio à Marcha dos Elefantes Brancos, uma passeata de policiais federais contra a burocracia e a politicagem na segurança pública.

O senador pediu ao governo uma reforma urgente pela valorização da carreira policial. Ele disse ser conveniente para governantes desmantelar a polícia que investiga episódios de corrupção.

— Não quer o governo federal uma polícia atuante, uma polícia valorizada, motivada para combater sobretudo a corrupção na administração pública, que é uma das tragédias deste país. O governo federal não tem interesse numa polícia qualificada, motivada, valorizada — afirmou.

Alvaro também denunciou o esvaziamento do quadro de agentes e delegados, principalmente nas fronteiras.

Ministra quer mudar Convenção de Haia em caso de filho com deficiência

Maria do Rosário defende exceção ao princípio da residência habitual em caso de divergências entre pais de diferentes nacionalidades

A MINISTRA DA Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, defende uma atualização da Convenção de Haia para garantir tratamento diferenciado a crianças com deficiências mentais ou intelectuais em casos de disputa da guarda pelos pais.

A ministra participou de audiência interativa das Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Direitos Humanos (CDH) sobre o documento internacional assinado em 1980, que trata dos aspectos civis da subtração internacional de menores e do combate, por meio da cooperação entre autoridades, ao sequestro de crianças por um dos pais.

Ministra Maria do Rosário, senadora Ana Rita e Guilherme Calmon da Gama, do CNJ, em audiência conjunta da CDH e CRE

Maria do Rosário explicou que, quando há divergências entre pais de nacionalidades diferentes, a convenção usa o princípio da residência habitual. Ou seja, a competência para a solução do conflito é do país onde a criança vive habitualmente, com exceção dos casos em que haja violência de uma das partes. Ela entende que deve haver exceção também para os casos de crianças com deficiência mental ou intelectual.

— Uma criança com deficiência tem direitos específicos. Qual a pátria da criança com deficiência? Uma criança especial que se relaciona principalmente com sua genitora e é levada para outro país perde sua pátria — opinou.

Segundo a ministra, há atualmente no Brasil 148 casos de crianças trazidas do exterior para o país e apenas 23 casos de menores levados daqui para fora. A diferença, segundo ela, deve-se ao fato de o Brasil adotar procedimento mais rígido para a saída do território nacional.

— Nenhum menor embarca em viagem internacional sem autorização expressa de ambos os genitores, o que não ocorre em outras nações. De fora para cá, basta um passaporte e anuência de um dos pais — comparou.

Mães e senadores pedem que STF se pronuncie sobre viagem de criança disputada por pais

Os parlamentares ouviram o depoimento da brasileira Eliana Rodrigues, cuja filha de 12 anos foi levada para a Alemanha pelo ex-marido em 2012. A disputa começou quando Eliana veio para o Brasil e decidiu se separar do marido alemão, alegando violência doméstica e abuso sexual contra a filha, que tem síndrome de Down. No Brasil, ela conseguiu ficar com a adolescente, mas, logo depois, o pai ingressou com uma ação na Justiça em São Paulo e obteve o direito de levar a filha de volta à Europa num processo, que, segundo Eliana, durou apenas 40 dias.

A brasileira reclama que teve o direito de defesa cerceado e pediu a aprovação de um projeto para impedir que a criança no centro de uma disputa internacional seja levada para o exterior somente com a decisão de juiz de primeiro grau. Na opinião dela, deveria haver o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu a carta de outra mãe brasileira, Maria Célia Vargas, que obteve sucesso na missão de rever o filho. O garoto foi levado pelo pai para a França e ela só o reencontrou passados 14 anos, depois de muita luta. Suplicy também defendeu a necessidade do posicionamento de um tribunal superior para que crianças disputadas pelos pais possam deixar o país.

Representantes

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), o depoimento de Eliana Rodrigues reforça a necessidade de o Congresso ter representantes específicos para os brasileiros que vivem no exterior. Para isso, defendeu a aprovação da PEC 5/2005.

— O Itamaraty faz trabalho técnico, administrativo e jurídico, mas não político. Há mais brasileiros no exterior do que no Distrito Federal e em vários estados, sem ninguém que os represente aqui. Outros países já fazem isso e podemos seguir esse exemplo — afirmou.

Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH, informou que a comissão vai apoiar a aprovação da PEC e pedir informações a órgãos brasileiros e alemães sobre o caso de Eliana. A senadora informou ainda que pretende realizar outra audiência pública, que tratará da adoção internacional de crianças.

Adiada votação da MP que prorroga a Comissão da Verdade

Foi adiada para terça-feira a análise do parecer do senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) sobre a medida provisória que prorroga por sete meses — até 16 de dezembro— o prazo de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A reunião da comissão mista responsável pela matéria (MP 632/2013), prevista para ontem, foi cancelada. O texto do relator ainda não foi divulgado.

A Lei 12.528/2011, que criou a CNV para examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar, previa a conclusão das atividades após dois anos de sua instalação, que seriam completados em maio.

A medida ainda aumenta salários de servidores das agências reguladoras, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Hospital das Forças Armadas (HFA) e do Departamento Nacional de Produção Mineral; altera pontos do regime dos servidores (Lei 8.112/1990); e prorroga contratos temporários de ministérios.

Pedro França/Agência Senado

Eduardo Lopes é relator da comissão mista sobre a MP

Paulo Davim elogia iniciativa da CNBB contra o tráfico humano

O tema da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deste ano, que chama a atenção para a gravidade do tráfico humano no mundo, foi elogiado por Paulo Davim (PV-RN).

O senador informou que esse tipo de crime movimenta US$ 32 bilhões por ano em todo o mundo e envolve trabalho escravo, exploração sexual, adoção ilegal e comercialização de órgãos.

Pedro França/Agência Senado

Davim diz que esse tipo de crime movimenta US$ 32 bilhões por ano

Davim lembrou que o mistério que envolve o desaparecimento de cinco crianças num bairro pobre de Natal, entre os anos de 1988 e 2001, ainda persiste, assim como o sofrimento das famílias envolvidas, e voltou a cobrar das autoridades uma solução para o caso.

— A Campanha da Fraternidade 2014 vem em boa hora, fazer coro aos esforços desta Casa e da CPI que durante dois anos trabalhou chamando a atenção da sociedade para esse crime, que é mais frequente do que se pensa — lamentou.

Senado vai homenagear a Campanha da Fraternidade de 2014

O Senado marcou para o dia 8 de abril uma sessão especial em homenagem à Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil deste ano, cujo tema é a fraternidade e o tráfico humano. A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Ana Rita (PT-ES), disse que será uma oportunidade para dar mais voz ao trabalho da CNBB.

— A sociedade brasileira está preocupada em combater o tráfico de pessoas e a exploração sexual. O tráfico humano é uma chaga social — disse.

Cristovam pede apoio à federalização do ensino básico

Os municípios não conseguem proporcionar educação de qualidade porque são pobres e desiguais, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF).

O senador elogiou matéria exibida no último domingo no programa *Fantástico*, da TV Globo, que, segundo ele, revelou a "situação catastrófica" do ensino no Brasil. Ele pediu apoio ao projeto de decreto legislativo de sua autoria que propõe plebiscito sobre a federalização da educação básica. O texto será votado hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),

Pedro França/Agência Senado

Cristovam: educação não deveria ser financiada por municípios desiguais

Cristovam defende o envolvimento da sociedade e dos candidatos à Presidência da República em um amplo debate sobre o tema.

— Proponho tratar cada criança ao nascer neste país, não importa a cidade, não importa o nível de renda que ela tenha, como uma criança brasileira, merecendo o mesmo cuidado educacional no que se refere ao financiamento público — disse. Em aparte, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) elogiou a proposta.

Vai ao Plenário teste da linguinha para bebês

Comissão decide que hospitais e maternidades devem avaliar anatomia da língua dos recém-nascidos para diagnóstico precoce da necessidade de correção de anomalia conhecida como língua presa

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que obriga hospitais e maternidades a realizarem exames em recém-nascidos para avaliar a anatomia da língua, o chamado teste da linguinha. O objetivo do texto (PLC 113/2013) é diagnosticar a necessidade de cirurgia para imediata correção de anomalia do frênulo lingual (estrutura que conecta a parte inferior da língua à boca), conhecida por língua presa. Ela dificulta a sucção, a deglutição e a mastigação, além de causar problemas na fala.

José Cruz/Agência Senado

Senador Waldemir Moka preside a reunião de aprovação do novo teste

O autor do projeto, deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), observa que o diagnóstico precoce possibilita o tratamento imediato e a prevenção de todos os problemas decorrentes da anomalia. Ele lembra que a dificuldade de sucção é especialmente danosa, pois pode motivar o desmame precoce e, por consequência, o baixo peso e o comprometimento do desenvolvimento adequado do bebê.

Em análise favorável, o relator, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), afirmou que a aplicação do protocolo de diagnóstico representa "recurso precioso" para corrigir a anomalia numa etapa de vida decisiva para o desenvolvimento psicoemocional e físico do bebê. Amorim destacou que o protocolo envolve um conjunto de procedimentos como a avaliação anatômica e da força de sucção, além de análise dos batimentos cardíacos, da respiração e da saturação do oxigênio quando o bebê está sugando. Segundo ele, são atos simples, rápidos, indolores e praticamente isentos de risco.

Quando indicada, observou Amorim, a correção é feita por meio de tratamento cirúrgico, também simples e rápido, que pode ser feito com anestesia local durante a permanência do bebê no hospital.

O senador destacou ainda que os dados a respeito da ocorrência da anomalia na população variam bastante em razão da falta de consenso em relação aos critérios para o diagnóstico.

Na rede pública, já são obrigatórios os testes do pezinho (rastreamento de doenças assintomáticas) e da orelhinha (para detectar surdez).

O projeto, vindo da Câmara, vai agora ao Plenário para decisão final. Se não houver mudanças no texto, a matéria segue para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

Rejeitado ressarcimento ao SUS pelo seguro obrigatório

A CAS rejeitou o PLS 340/2011, do senador Ivo Cassol (PP-RO), que sugere o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde com recursos do seguro obrigatório (DPVAT) quando o atendimento da vítima de acidente automobilístico for feito em hospitais públicos ou conveniados. De acordo com o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), apesar da boa intenção do relator, 45% das receitas do DPVAT já são destinadas ao SUS para custeio desses gastos e, por isso, não cabe ressarcimento.

Votação de projeto que insere Bolsa Família na Loas é adiada

A votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de proposta do senador Aécio Neves (PSDB-MG) que estabelece caráter temporário para o Programa Bolsa Família e impede que o benefício gere direito adquirido (PLS 458/2013) foi adiada e a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Na reunião anterior da CAS, houve troca de acusações entre senadores da oposição e governistas. A polêmica envolve, ainda, outro projeto de Aécio Neves, que inclui o Bolsa Família na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), o que serviria para assegurar sua continuidade na legislação do país (PLS 448/2013), independentemente de mudanças de governo.

Os governistas acusaram Aécio de querer fazer "aperfeiçoamentos" já contemplados no Bolsa Família e lembraram críticas passadas ao programa. Já a oposição disse que o PT se inspirou em iniciativas do governo Fernando Henrique Cardoso e agora não aceita consolidar o Bolsa Família como política de Estado.

O projeto também determina que a elegibilidade das famílias seja obrigatoriamente revista a cada período de dois anos. Porém, caso haja mudanças favoráveis na condição econômica do beneficiário nos seis meses que antecedem a revisão, a proposta prevê que a concessão do benefício esteja assegurada por um período adicional de seis meses.

Sessão especial marca Dia da Síndrome de Down

O Senado vai comemorar no dia 20, em sessão especial no Plenário, o Dia Internacional da Síndrome de Down (21 de março). Foi aprovado ontem o requerimento da presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES). Para a senadora, a Casa dará mais visibilidade à vida das pessoas com a síndrome. Ela disse que será uma oportunidade de debater também políticas públicas para pessoas com deficiências em geral.

— O debate ajuda a sociedade a ter maior consciência sobre o assunto. Algumas pessoas acham que quem tem síndrome de Down é incapaz, mas, ao contrário disso, tem um potencial que deve ser reconhecido e valorizado.

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que o Senado tem demonstrado "grande compromisso com as pessoas com deficiência". Em sua opinião, a sessão especial trará subsídios para que haja avanço na legislação e nas políticas públicas.

— É preciso que a sociedade esteja mais bem preparada para lidar com uma pessoa que tenha síndrome de Down. E a visibilidade incentiva a pesquisa científica — afirmou.

Arthur Monteiro/ Agência Senado

Famílias de crianças com a síndrome participaram da solenidade em 2012

Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a comemoração servirá para reavivar a conscientização sobre a síndrome e sobre a capacidade que as pessoas com Down têm de evoluir intelectualmente.

— Como médico, acho muito importante a mudança que houve com relação ao tratamento a essas pessoas na sociedade e até nas próprias famílias. Antigamente, as famílias segregavam essas crianças porque achavam que não "tinham jeito". Hoje, já se provou o contrário com o aprofundamento sobre a questão, tanto na área de saúde quanto socialmente. Esse constante relembrar é muito importante.

Instituído pela ONU em 2006 — depois de articulação do governo e de parlamentares brasileiros —, o Dia Internacional da Síndrome de Down é celebrado em 21 de março porque a data faz referência à trissomia no cromossomo 21, alteração genética que gera um cromossomo extra no DNA.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada 800 partos nasce 1 criança com síndrome de Down. No Brasil, estima-se que a alteração genética seja registrada em 8 mil bebês por ano. Mas ainda é grande a dificuldade de acesso a informações, profissionais e aparatos para o pleno desenvolvimento.

A denominação da síndrome vem do sobrenome do médico inglês John Langdon Down, que, em 1866, fez as primeiras observações detalhadas sobre esse grupo de pessoas. A expectativa de vida da pessoa com Down, que era de 20 anos de idade, em alguns casos já subiu para até 70 anos.

Serão convidados para a sessão especial o senador Lindbergh Farias (PT-RJ); o deputado federal Romário (PSB-RJ); Elizabeth Tunes, doutora em Psicologia Educacional e professora da Universidade de Brasília (UnB); Lourdes Cabral Piantino, fundadora da Associação Mães em Movimento; Hélvia Fortes Rodrigues, bibliotecária e terapeuta; Helena Werneck, fundadora do Instituto Meta Social; Zan Mustacchi, médico pediatra e doutor em Farmácia; e Tatiana Mares Guia, servidora do Senado.

A CDH aprovou também proposta de Paulo Paim (PT-RS) de uma audiência pública para discutir a situação das pessoas com autismo. O evento deverá ser em 2 de abril para marcar a passagem do Dia Internacional de Conscientização do Autismo.

Humberto Costa registra campanha de vacinação contra HPV

O lançamento nesta semana, pelo governo, da campanha de vacinação contra o vírus HPV, principal causa do câncer de colo de útero, foi destacado por Humberto Costa (PT-PE). O Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima que, neste ano, devem surgir no Brasil 15 mil novos casos desse tipo de câncer e que 4.800 mulheres devem morrer devido à doença.

Segundo o senador, 5,2 milhões de meninas de 11 a 13 anos serão imunizadas este ano. No ano que vem, meninas de 9 a 11 anos e, em 2016, somente as de 9 anos. A eficácia da vacina contra o vírus é de 98%, garantiu Humberto Costa, acrescentando que 15 milhões de doses estarão disponíveis neste primeiro ano.

Pedro França /Agência Senado

Humberto diz que 5,2 milhões de meninas serão imunizadas este ano

Jonas Pereira/Agência Senado

Saguão do Aeroporto Internacional de Brasília: relator suprimiu do projeto garantias que já seriam oferecidas aos passageiros

Bilhetes aéreos não usados poderão ser reembolsados

Substitutivo aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura estabelece em lei a garantia de reembolso ao passageiro em até 30 dias do valor integral referente a passagem aérea não utilizada

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) aprovou ontem substitutivo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao PLS 313/2013, que garante em, no máximo, 30 dias o reembolso do valor total, corrigido monetariamente, dos bilhetes de transporte aéreo não utilizados pelo passageiro. A matéria segue agora para a análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A pena para a empresa que descumprir a lei será uma multa de 100% sobre o valor devido ao passageiro. Segundo o autor do projeto, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta foi inspirada nos debates realizados pelo Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo (Sindetur-SP), que teriam constatado desempenho insatisfatório da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na proteção do consumidor de serviços aéreos.

Alterações

O texto original reconhecia vários outros direitos do usuário, que não foram incluídos no substitutivo de Flexa Ribeiro, lido pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA): ser informado acerca do número de assentos da aeronave por categoria tarifária; ser informado sobre as tarifas aeroportuárias e as restrições aplicáveis ao bilhete ofertado; pagar multas não abusivas em razão de cancelamento ou remarcação de bilhete; ser indenizado por danos morais e materiais em caso de cancelamento de voo; ser indenizado por danos morais e materiais em caso de extravio de bagagem; e ser atendido por outras empresas aéreas em caso de súbita paralisação da empresa contratada.

Mesmo sendo favorável ao PLS 313/2013, o relator lembrou que alguns direitos que o projeto procura instituir já são aplicados. É o caso da informação sobre as tarifas aeroportuárias e as restrições aplicáveis ao bilhete e da indenização em caso de cancelamento de voo ou de extravio de bagagem.

Outro fator a ser levado em consideração, segundo o relator, diz respeito à necessidade de preservar a vigência do princípio da livre iniciativa no setor aéreo, que tem sido o principal fator de estímulo à concorrência e ao barateamento das passagens.

Projeto facilita pagamento de boleto vencido

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a determinação para que boleto de pagamento vencido possa ser pago em qualquer banco, e não apenas naquele que o emitiu.

A proposta (PLS 138/2009) foi apresentada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e recebeu substitutivo do relator, José Agripino (DEM-RN). O texto será examinado ainda pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo a esta a votação final.

O substitutivo ao PLS 138/2009 também obriga os emissores dos boletos a oferecerem opções para obtenção da segunda via do documento. Isso inclui a oferta de canais eletrônicos, como Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), internet, terminais ou sistema de correio eletrônico.

A lei resultante da proposta deverá começar a valer 90 dias após a publicação.

PMDB impede votação do Marco Civil da Internet, diz Randolfe

Geraldo Magela/Agência Senado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lamentou anteontem o fato de o projeto do Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011) não ter sido votado pela Câmara dos Deputados. O impasse se dá em meio à crise entre PMDB e governo. O partido anunciou que votará contra o projeto.

— De um lado, a pressão de lobbies corporativos. Do outro, a pressão de interesses representados por uma base de governo movediça e pueril — afirmou o senador, que acusou o PMDB de impedir a votação e de ceder aos interesses das telefônicas.

Randolfe questionou declaração da presidente Dilma Rousseff de que o PMDB só dá alegrias a ela. Para o senador, esse tipo de relação entre Executivo e Legislativo custa caro ao povo.

— Nesse jogo de interesses, só quem perdeu foi o povo. Deixou de ser votado um projeto importantíssimo para que o Brasil estivesse um passo adiante do mundo civilizado e democrático — afirmou.

Lídice apoia campanha por regulamentação de internet livre

Pedro França /Agência Senado

Lídice da Mata (PSB-BA) apoiou ontem a iniciativa do cantor e ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, que, em petição eletrônica, pediu apoio da população para pressionar o Congresso a votar um marco regulatório da internet que atenda aos interesses da sociedade, e não das empresas de comunicação.

Gil diz que a liberdade da internet corre perigo no Brasil porque as empresas de telecomunicação querem transformar a rede numa espécie de TV a cabo, em que os internautas serão obrigados a pagar a mais para acessar alguns conteúdos.

O projeto de Marco Civil da Internet está em análise na Câmara. Lídice disse esperar que a disputa política de ano eleitoral não contamine a votação.

A senadora lembrou que Cachoeira (BA), chamada por Dom Pedro I de "Cidade Heroica" devido a embates pela independência do Brasil, comemora 177 anos da elevação à condição de cidade.

Cyro condena declaração de Lula sobre controle da inflação

Moreira Mariz/Agência Senado

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou declaração do ex-presidente Lula a um jornal italiano, segundo a qual criar emprego é mais importante do que controlar a inflação.

O parlamentar questionou a relação que pode haver entre controle da inflação e desemprego. Ele acrescentou que, com essa afirmação, o ex-presidente quer, na verdade, tentar tirar o foco da questão inflacionária, que, segundo o senador, está preocupando o povo brasileiro.

— Ninguém quer abrir mão do pleno emprego, que é fundamental para manter a economia e para criar perspectivas para gerações. Mas o que teria a ver o controle da inflação com a perda de postos de trabalho? Nada. Muito pelo contrário. Controlar a inflação ajuda a manter o equilíbrio do mercado e torna as previsões de crescimento mais fáceis — afirmou Cyro.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
Magno Malta, Jayme Campos,
João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

Agência Senado

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: *www.senado.leg.br/noticias*

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Silvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: *www.senado.leg.br/jornal* — E-mail: *jornal@senado.leg.br* — Twitter: *@jornaldosenado* — *facebook.com/jornaldosenado*
Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Senadores cobram regras para free shop em fronteira

Subcomissão de Assuntos Municipais afirma que o Ministério da Fazenda está demorando a regulamentar a Lei 12.723/2012 e municípios sofrem concorrência das cidades vizinhas

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE de Assuntos Municipais decidiu ontem, em audiência pública, pedir ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, urgência na regulamentação da Lei 12.723/2012, que permite a instalação de free shops nas cidades brasileiras cujas fronteiras com cidades estrangeiras estejam no perímetro urbano.

O subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal, Luís Felipe de Barros Reche, explicou que o atraso é decorrente da necessidade de adaptar as regras vigentes para os free shops de aeroportos e portos para o comércio similar a ser instalado em cidades. Ele esclareceu aos senadores que, atualmente, essas lojas estão em um espaço físico limitado e passam por um controle rigoroso, com a presença de fiscais. Por isso, levar esse modelo às cidades deve ser um processo bastante cuidadoso para evitar uma série de riscos, ponderou.

— Dano para o próprio município, que pode perder arrecadação. Posso criar um dano federal, porque isso vale para o país inteiro. Posso gerar, por fim, um dano para a própria indústria — esclareceu.

Compra mensal

Ainda assim, Reche apresentou um estudo que passará pelo crivo do Ministério da Fazenda. A ideia é que o cidadão só poderá fazer compras nos free shops das cidades uma vez a cada 30 dias, com um limite de US$ 300 por vez. Outra proposta da Receita é atribuir aos municípios a decisão de abrir ou não free shops. É preciso também definir exatamente o que são as cidades gêmeas.

O representante da Receita Federal foi bastante cobrado quanto a um prazo para a regulamentação dos free shops nas cidades gêmeas. O consultor da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Wesley Rocha, informou que as cidades brasileiras que fazem fronteira com cidades de outros países onde há lojas free shops sofrem prejuízos financeiros.

— Nos últimos 15 anos, no município de Santana do Livramento (RS), que é cidade gêmea de Rivera, no Uruguai, cerca de 400 empresas de médio e de grande porte foram encerradas, o que causou um desemprego de mais de 10 mil pessoas — alertou.

A presidente da subcomissão, Ana Amélia (PP-RS), disse que é preciso agilidade na regulamentação da Lei 12.723.

— Eu penso que a prioridade um, dois e três é regulamentar o free shop — disse a senadora.

Waldemir Moka (PMDB-MS) relatou que em Bela Vista (MS), cidade onde nasceu, empresários locais enfrentam a concorrência desleal com o comércio da cidade de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, que tem preços muito mais baixos.

Guia dos Free Shops em Riveira

Free shop em Rivera, Uruguai, cidade gêmea de Santana do Livramento (RS)

Relatora quer regime simplificado para todas as licitações públicas

Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresentou ontem relatório à Medida Provisória (MP) 630/2013, sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), em comissão mista do Congresso. Ela sugere a possibilidade de estender o RDC para todas as licitações e contratos da União, estados e municípios. O regime prevê prazos mais curtos e procedimentos simplificados para a contratação de obras e serviços de engenharia.

A votação foi suspensa após pedido de vista coletivo. A reunião será retomada na terça-feira e a MP passa a trancar a pauta na quinta.

— Não parece razoável impedir, sem fundamento, o RDC — argumentou Gleisi.

O texto original enviado pelo Executivo previa que o RDC fosse ampliado apenas para obras do sistema prisional. A relatora acolheu 4 das 30 emendas apresentadas para ampliar o alcance.

O RDC foi criado para projetos ligados à Copa do Mundo deste ano e aos Jogos Olímpicos de 2016. Para justificar a importância do regime, Gleisi disse que obras da Infraero feitas por concorrência demoraram 135 dias; pelo RDC, 53 dias. Já o prazo de obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) caiu quase pela metade: de 774 dias para 379 dias.

Geraldo Magela/Agência Senado

Gleisi diz que não é razoável impedir o regime diferenciado

Deputado pede análise de MP de tributação de multinacionais

O relator da Medida Provisória 627/2013, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse que pretende pôr o texto em votação, em comissão mista do Congresso, quarta-feira. Para isso, deve distribuir dois dias antes a proposta final. Ontem Cunha expôs alterações sugeridas por ele, após meses de negociações com o governo e a análise de 513 emendas apresentadas:

— Não podemos deixar de apreciar o relatório na semana que vem — afirmou.

O presidente da comissão mista, senador Walter Pinheiro (PT-BA), reconheceu a complexidade do tema e não quis confirmar calendário de votação.

— Prefiro ver como estabelecer o momento em que os parlamentares terão condição de examinar o texto.

Adiada votação sobre dívidas dos estados

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), concordou em adiar para o dia 26 a votação de três emendas de Plenário ao projeto de lei da Câmara (PLC 99/2013 — Complementar) que estabelece novo indexador para as dívidas de estados e municípios. O pedido foi feito ontem pelo relator da proposta, Luiz Henrique (PMDB-SC).

Caso as emendas sejam aprovadas, a proposta terá que passar não só pela CCJ, mas também pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pelo Plenário e ainda voltar à Câmara, atrasando a entrada em vigor de um novo índice.

Proposta originalmente pelo governo, a medida passou a ser vista com restrições pelo próprio Executivo em razão de problemas econômicos. Líderes governistas argumentam que a aprovação do projeto, neste momento, pode contribuir para o rebaixamento do país pelas agências internacionais de classificação de risco.

Paulo Paim (PT-RS) lamentou o adiamento. Lembrando que o projeto chegou ao Senado após amplo acordo na Câmara, o senador disse não entender por que o Senado adia a votação de uma proposta que é de interesse da ampla maioria do povo brasileiro.

Segundo Paim, a aprovação não causará prejuízos ao país e os estados vão continuar em busca da renegociação, porque o índice atual é inaceitável.

— Manter uma agiotagem dessas da União sobre os estados é crime. Não tem mais lógica nós continuarmos enrolando — disse.

Walter Pinheiro (PT-BA) também lamentou o adiamento. Ele criticou a resistência de setores do governo e ressaltou que o consumidor acaba "pagando essa conta".

— Não é só a questão da dívida. É a questão do desenvolvimento econômico de cada Estado. Nós temos que viver de desenvolvimento econômico.

Ao reconhecer que o pacto federativo mexe com interesses localizados, Pinheiro também cobrou a aprovação, na Câmara, das novas regras de distribuição do ICMS gerado pelo comércio eletrônico.

Geraldo Magela/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

José Cruz/Agência Senado

Adiamento pedido pelo relator da proposta, Luiz Henrique, recebeu críticas de Paulo Paim e de Walter Pinheiro

Luiz Henrique aponta efeitos positivos da descentralização

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) destacou, em discurso no Plenário ontem, os efeitos positivos da descentralização no desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina.

Segundo Luiz Henrique, em oito anos de gestão descentralizada, a economia catarinense dobrou, a receita triplicou e o comércio exterior cresceu cinco vezes. Como resultado disso, o estado cresceu 4,2% no ano passado. Isso é quase o dobro do crescimento nacional em 2013, que foi de apenas 2,3%, assinalou.

— A descentralização contribui para o desenvolvimento regional, promovendo a interiorização da população, gerando oportunidade de emprego no interior. A descentralização é a saída para a insatisfação popular; é a saída para o desenvolvimento, para o emprego, para a geração de renda — afirmou o senador.

Ana Amélia ressalta colaboração em favor da Copa de 2014

A senadora Ana Amélia (PP-RS) afirmou ontem, em Plenário, que um ponto positivo da preparação do Brasil para a Copa do Mundo é colaboração entre União, estados e municípios na fiscalização do dinheiro público aplicado nas obras.

Ela admitiu que há muitas críticas aos gastos, mas contou que, em audiência na terça-feira na Comissão de Educação, ficou claro que o trabalho do Tribunal de Contas da União permitiu ao país economizar R$ 500 milhões nas obras da Copa.

Ana Amélia espera que um dos legados da Copa seja o ensinamento de que o país precisa fazer o planejamento de obras importantes.

Pedro França/Agência Senado

Secretário diz que sistema elétrico está equilibrado

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, secretário do Ministério de Minas e Energia explicou que os efeitos da falta de chuva na produção hidrelétrica estão dentro do planejado para o sistema

EM DEBATE ONTEM na Comissão de Infraestrutura (CI), especialistas do setor energético disseram que o sistema elétrico do país tem estrutura hoje para aguentar o nível de estresse devido a escassez de chuvas. Segundo o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Zimmermann, há uma confusão, provocada pela mídia, de que apagões ocorridos recentemente sejam resultado de falta de geração de energia, o que, de acordo com ele, não é verdade.

Segundo o presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp, o país vive hoje o chamado dilema do contraditório, em que as sociedades exigem tarifa baixa, segurança e matriz energética limpa.

— Essa equação não fecha — disse ele.

Para Chipp, um sistema mais seguro exigiria um custo muito alto para a sociedade. No entanto, ele explicou que o Brasil é considerado um país privilegiado porque tem possibilidade de diversificar a matriz energética e disse que as previsões climáticas são de melhoria a partir deste mês.

Segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tomalsquim, desde dezembro até a primeira quinzena de fevereiro, o país viveu a pior situação hidrológica dos últimos 80 anos. No entanto, argumentou, o país tem uma estrutura muito mais sólida do que em 2001, quando houve racionamento.

Zimmermann afirmou que o governo tem um diagnóstico perfeito do que está ocorrendo no setor e defendeu o uso das termelétricas. Segundo o secretário-executivo do MME, 68% da energia térmica utilizada no mundo vem de combustível fóssil e o Brasil tem apenas cerca de 30% de sua matriz formada por esse tipo de energia.

— No modelo que o sistema elétrico brasileiro tem, ele aciona térmica de uma forma integrada para otimizar o custo final da operação desse sistema hidrotérmico — disse.

Racionamento

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), autor do requerimento da audiência, disse que há uma confusão na sociedade, pois, ao mesmo tempo em que o governo afirma risco zero de racionamento energético, alguns apagões acontecem, gerando instabilidade.

O presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), também questionou sobre a possibilidade ou não de haver racionamento e se os apagões foram causados por falta de capacidade de gerar energia.

Zimmermann afirmou que, quanto ao risco de racionamento, o sistema brasileiro é capaz de aguentar o nível de estresse atual.

— O que nós temos dito é que se o sistema está equilibrado estruturalmente, ele aguenta aquele nível de estresse para o qual ele foi planejado — explicou.

Em relação aos apagões, Tomalsquim esclareceu que a palavra "apagão" é utilizada para duas situações distintas.

— Uma é uma interrupção porque teve um problema numa linha qualquer e a outra é eu não ter água na hidrelétrica ou capacidade de gerar energia. São coisas completamente diferentes — disse.

José Cruz/Agência Senado

Ao lado de Collor, Zimmermann *(E)* fala na audiência sobre a situação energética

Tamanho do sistema

Proporção entre energia armazenada e consumo é menor hoje que em 2001 e capacidade termelétrica aumentou

70% da capacidade de armazenamento de energia do Brasil está concentrada no **Sudeste** e no **Centro-Oeste**

	2014	2001
Energia armazenada	**114** GWmed	**94** GWmed
Consumo	**68** GWmed	**44** GWmed
Meses de suprimento	**1,7**	**2,1**
Capacidade instalada total	**126,4** GW	**74,7** GW
Capacidade termelétrica	**36,3** GW	**12,4** GW
Participação no parque gerador	**30,3**%	**16,6**%
Geração termelétrica	**12,6** GWmed	**3,2** GWmed
Participação na geração	**19,1**%	**7,7**%

Fonte: Instituto Acende Brasil

Lia de Paula/Agência Senado

Teixeira fala na audiência pública da CDR coordenada pelo senador Valadares

Transposição deve terminar em 2015, afirma ministro

O ministro da Integração, Francisco Teixeira, afirmou ontem que 75% das obras de transposição do Rio São Francisco serão concluídas até dezembro. Segundo ele, 55,5% do previsto já está concluído. O balanço foi apresentado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O ministro prevê a entrega de 100 quilômetros de canais em cada eixo em dezembro deste ano. A expectativa é de que todas as obras, que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sejam concluídas até dezembro de 2015.

— A meta é avançar em média 2% ao mês até o final deste ano e ficar os 25% [restantes] para o ano seguinte — disse.

Estão em construção canais, aquedutos e barragens na "maior obra de infraestrutura hídrica do país", como classifica o governo. O objetivo é garantir água para 12 milhões de pessoas em 390 municípios do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Orçado em R$ 8 bilhões, o projeto contempla 477 quilômetros de canais, formando os eixos Norte — de Cabrobó (PE) a Cajazeiras (PB) — e Leste —de Floresta (PE) a Monteiro (PB). As obras empregam 9.200 pessoas e incluem recuperação de 23 açudes e construção de 27 reservatórios, 9 estações de bombeamento, 14 aquedutos e 4 túneis.

Elogios e críticas

Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou o projeto, que contempla ainda 38 ações socioambientais. José Pimentel (PT-CE) e Humberto Costa (PT-PE) avaliaram como positiva a expectativa de entrega de 100 quilômetros de canais em cada eixo neste ano.

Eduardo Amorim (PSC-SE) e Cícero Lucena (PSDB-PB) lamentaram os atrasos, já que a obra estava prevista para 2012. O ministro informou que a demora ocorreu devido às licitações necessárias após o abandono de algumas companhias. Para o presidente da comissão, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ficou evidente que o ministério tem se esforçado para dar celeridade ao processo.

O novo São Francisco

O PROJETO

Água para **12 milhões** de pessoas em **390 municípios** (CE, PE, PB e RN)

- 9.200 trabalhadores
- R$ 8 bi de investimento
- 477 km de canais
- 23 açudes
- 27 reservatórios
- 14 aquedutos
- 9 estações de bombeamento
- 4 túneis para passagem de água

O ANDAMENTO

fev./2014	55%
dez./2014	75%

A previsão inicial (2007) era conclusão em 2012. A meta atual é avançar **2% ao mês** até dezembro.

Fonte: Ministério da Integração Nacional

Paulo Bauer saúda criação de comissão na Câmara dos Deputados para investigar corrupção na Petrobras

Paulo Bauer (PSDB-SC) saudou a instalação, na Câmara, de comissão para investigar denúncias de corrupção na Petrobras. Ele pediu rigor nas investigações e espera que a Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE) possa colaborar.

O senador afirmou que a estatal tornou-se uma sombra do que já foi, tendo perdido, em menos de quatro anos, quase metade de seu valor em bolsa de valores.

Ele disse que, além de vítima da incompetência administrativa, a empresa tem sido cenário de escândalos, negócios escusos e parcerias internacionais de caráter ideológico.

Waldemir Barreto/Agência Senado

— Para o governo, o que pode atrapalhar a imagem da Petrobras é a investigação de denúncias de corrupção; é melhor que a corrupção siga subterrânea e não seja exposta, tampouco combatida ou expurgada — lamentou.

Petecão pede ao governador do Acre reunião com bancada federal para tratar das cheias

Sérgio Petecão (PSD-AC) pediu anteontem ao governador do Acre, Tião Viana, que se reúna com os parlamentares do estado para buscar soluções de ajuda às vítimas das enchentes. Desde o início do mês, chuvas acima da média histórica fizeram o Rio Acre transbordar, o que já desabrigou mais de 3 mil pessoas na capital, Rio Branco. Além disso, acrescentou, o Rio Madeira transbordou, impedindo o acesso terrestre ao estado.

José Cruz/Agência Senado

— A situação é muito grave. Não podemos responsabilizar ninguém, mas podemos pedir que o governador tenha a sensibilidade e a humildade de chamar uma reunião com a bancada federal para que possamos pensar juntos.

Segundo o senador, já faltam mercadorias, gás e combustível no estado e muitos caminhões estão parados em estradas intransitáveis.